

Bancos temem confronto

Div. Externa
por Paulo Sotero
de Washington

12 FEV 1987

A substituição de Fernão Bracher por Francisco Gros, no comando do Banco Central (BC), foi recebida com preocupação por banqueiros americanos ouvidos ontem por este jornal.

A maioria dos executivos de grandes bancos credores acredita que, de imediato, a troca no comando no BC atrasará o início das negociações para o próximo reescalonamento da dívida, que estava previsto para começar dentro de duas ou três semanas.

Eles declaram-se mais preocupados, porém, com o que consideram o efeito mais duradouro da mudança: um provável endurecimento da posição do governo brasileiro frente a seus credores privados.

A adoção, pelo governo brasileiro, de uma atitude de maior disposição para o confronto com os bancos não resulta, na opinião de vários banqueiros que acompanham de perto a cena brasileira, da simples

substituição de Bracher por Gros.

"Bracher nunca foi mole. Ele jamais se dobrou nas negociações que teve conosco. Ele é um nacionalista e sempre pôs os interesses do Brasil em primeiro lugar. Além disso, ele nunca fez nada sem a aprovação expressa do ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Se conseguiu o respeito da comunidade bancária, é porque é um homem razoável, que tem os pés no chão", disse uma fonte próxima ao comitê de bancos. "Da mesma forma", acrescentou, "o novo presidente do BC não é tido como um radical e, pela experiência bancária que tem, deve ser também uma pessoa realista."

Na atual conjuntura brasileira, o nome e o perfil do ocupante do comando do BC não são, na opinião deste e de outros banqueiros, dados de extrema relevância. "Eu temo que a dinâmica da política brasileira, agora claramente dominada pelo PMDB, empurre o País para a confrontação",

opinou um banqueiro que já morou no Brasil.

Em relação às negociações propriamente ditas, o executivo disse que não se surpreenderá se o novo presidente do BC adotar um papel menos ativo que o do Bracher na renegociação da dívida.

"Pelo que estou ouvindo, a renegociação ficará com o Alencar", afirmou, referindo-se ao assessor internacional do ministro da Fazenda, o diplomata Alvaro Alencar, um negociador experimentado, que sabe ser duro e exibiu suas qualidades na recente e bem-sucedida renegociação da dívida oficial com o Clube de Paris. Segundo fonte americana, Alencar, num momento decisivo das difíceis tratativas, disse que, se os credores não retirassem da mesa determinada contraproposta, o governo brasileiro a consideraria como "uma declaração de guerra". E ameaçou ir embora.

Segundo um banqueiro, elevar os decibéis na mesa de negociações é uma das poucas armas que o governo tem à mão, tendo em vista a aparente desordem em que se encontra a economia do País. Esse banqueiro, familiarizado com os trabalhos do comitê de bancos, previu dois cenários básicos para a próxima renegociação. O primeiro, que considera menos provável, é o que Bracher tinha em mente, ou seja, obter mais uma renegociação de curto fôlego, que reprisaria de certa forma o acordo feito com o Clube de Paris, incluindo os vencimentos de 1986, 1987 e de

uma parte de 1988, e até US\$ 2 bilhões de dinheiro novo, que seria levantado através de algum novo mecanismo de financiamento, com garantia do Banco Mundial e dos grandes bancos.

O segundo cenário partiria de uma proposta mais ambiciosa do governo brasileiro, de rolar a dívida por um número maior de anos, com considerável redução dos "spreads" e a garantia de dinheiro novo.

O banqueiro acredita que esta segunda proposta é a que mais provavelmente sairá de Brasília, porque ela corresponde melhor à agenda política do PMDB. Em sua opinião, ela coloca o Brasil e os bancos em rota de colisão, porque, se o governo Sarney não tem outro caminho a seguir, os bancos também parecem próximos de seu limite de fazer concessões.